



ARTIGOS

***A ESCRITA NA CLÍNICA FONOAUDIOLÓGICA
E A PESSOA SURDA: POSSÍVEL LUGAR
DE CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E DA LINGUAGEM***

*Clay Rienzo Balieiro**

A escrita de pessoas deficientes auditivas tem sido uma preocupação constante para educadores, fonoaudiólogos, pais e para as próprias pessoas deficientes auditivas. Pode-se até mesmo dizer que na base das discussões sobre modalidades de exposição à língua encontram-se a insatisfação com o desempenho acadêmico de pessoas surdas e sua relação com a língua escrita. O que se pode ver, tanto na literatura de outros países, quanto na literatura nacional, é uma denúncia constante sobre as dificuldades da pessoa surda com a escrita.¹

* Doutora em Distúrbios da Comunicação Humana pela Universidade Federal de São Paulo, Professora da Faculdade de Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Fonoaudióloga do Serviço de Audiologia Educacional – Deric/PUC-SP, Fonoaudióloga da Clínica Eco. E-mail: clay@pucsp.br

1 A discussão apresentada neste artigo é parte de alguns conceitos e estudos relacionados ao trabalho com a escrita na clínica fonoaudiológica, junto a sujeitos surdos/deficientes auditivos desenvolvidos na tese de doutorado *Vamos publicar um livro? A pessoa surda e a escrita na clínica fonoaudiológica*.

De um modo geral, as pesquisas desenvolvidas têm como pano de fundo o contexto educacional, quer sejam empreendidas por educadores, lingüistas, psicolingüistas ou fonoaudiólogos. Os estudos de autores brasileiros têm focalizado o desempenho desses sujeitos e as questões subjacentes ao quadro encontrado (Cárnio, 1986 e 1995; Góes, 1996; Friães, 1999), outros analisam as relações que pessoas surdas, fluentes ou usuárias da língua de sinais do português brasileiro, estabelecem com a leitura (Almeida, 1998; Fragoso, 2000).

Parte dos estudos citados (Góes, 1996; Friães, 1999; Almeida, 1998; Fragoso, 2000; Cruz, 1992; Lodi, 1996; Rabelo, 1996) abordam questões referentes à modalidade de exposição à língua (oral, bimodal, língua de sinais). Desse ponto de vista, as conclusões de estudos recentes em língua portuguesa, a despeito de sua importância, resvalam para a questão da língua (oral) como forte responsável pelos fracassos existentes.

Trenche (1995, 1998) traz outra conotação para essa questão, ao mostrar nesses estudos que as concepções de linguagem subjacente ao trabalho desenvolvido com a criança surda não estão atreladas à modalidade de exposição à língua e prefere considerar que as alterações no processo de interlocução deixam marcas na linguagem da criança surda que interferem na construção da língua escrita. Góes (1996) lembra que, além das questões referentes à língua, um dos problemas existentes diz respeito às práticas pedagógicas que fracassam também na alfabetização de crianças ouvintes.

O denominador comum entre os diversos autores que se preocupam com esse tema é que o texto escrito pode se tornar um meio eficiente para a pessoa surda ter acesso à informação e ao conhecimento. Se olharmos o tema leitura-escrita e surdez de uma perspectiva discursiva, poderemos ampliar a idéia da informação e do conhecimento para pensar a escrita como um trabalho sobre a linguagem e, conseqüentemente, focalizar o material de pesquisa de outro enfoque. Estamos dizendo isso porque a avaliação de um produto – a escrita de pessoas surdas – tem se sobreposto, grande parte das vezes, a discussões sobre a prática da escrita.

Embora, tradicionalmente, a escrita seja considerada da competência da instituição escola, a experiência clínica nos tem mostrado que, para alguns su-

jeitos deficientes auditivos, as experiências escolares não têm sido suficientes para apreender essa modalidade de linguagem e, por isso, a clínica fonoaudiológica toma também como objeto de trabalho a linguagem escrita.

Para discutirmos um trabalho com escrita, do ponto de vista da teoria discursiva, faz-se necessário pensar o *discurso* e suas *condições de produção* e para isso mobilizaremos alguns conceitos da análise do discurso, conforme teoria que vem sendo desenvolvida no Brasil por Orlandi e pesquisadores.

De acordo com Orlandi (2001), na análise do discurso

(...) procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social mais geral, constitutivo do homem e de sua história. A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (p. 15)

Desse ponto de vista, o conceito clássico de comunicação, Emissor – Receptor, significando o encontro de duas individualidades, cede lugar à noção de discurso, como efeito de sentido entre sujeitos. Sujeitos esses que ocupam posições determinadas, tanto pela formação social a qual pertencem, quanto pelas condições em que o discurso está sendo produzido.

As condições de produção do discurso compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Isto posto, deve-se compreender que os sentidos não estão nas palavras, mas se constituem em referência às condições de produção em que os enunciados são produzidos, o que significa que o sentido não existe como produto acabado, resultado de uma possível transparência da língua, mas está sempre em curso. Para a teoria discursiva, o sujeito é constituído a partir da relação com o outro, não sendo, portanto, fonte única de sentido, nem elemento em que se origina o discurso, sendo a incompletude uma propriedade do sujeito, e a afirmação de sua identidade resultará da constante necessidade de completude (Ferreira, 2000).

Dessa perspectiva, convém ainda considerar que todo discurso mantém uma relação essencial com elementos pré-construídos: elementos produzidos em

outros discursos, anteriores e independentes. A noção de pré-construído foi introduzida na Análise do Discurso (AD) por Paul Henry e por Michel Pêcheux, desde 1975. Noção essa absorvida, naturalmente, pela noção de interdiscurso, reintroduzida na década de 1980 por Foucault. Entende-se então a *interdiscursividade* como constitutiva de todo discurso, ou seja, todo discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos (Brandão, 1996). Nenhum discurso é totalmente original, ele nasce de um já-dito, histórica e socialmente construído.

A noção de condições de produção, em sentido amplo, conforme Orlandi (2001), inclui o contexto sócio-histórico, ideológico. Essa noção estendida ao âmbito da produção de escrita implica levar em conta as instituições que histórica e socialmente produzem o Discurso da Escrita. Nesse sentido, Gallo (1994, 1995) mostra que Discurso da Oralidade e Discurso da Escrita diferem de oralização e grafia, uma vez que uma materialidade diversa caracteriza esses dois tipos de produção, materialidade essa que não é de natureza lingüística (grafia ou oralização), mas histórica e ideológica. Assim, o Discurso da Oralidade é aquele que produz sempre efeito de sentido múltiplo, ambíguo, inacabado; enquanto o Discurso da Escrita produz efeito de sentido único, razoavelmente desambiguizado e coerente, implicando sua inserção em instituições que histórica e ideologicamente são produtoras do mesmo, tais como jornal, rádio, TV, gibi, livro.

Reflexões relativas à escrita de pessoas surdas envolvem considerações distintas, em função da diversidade dos sujeitos e sua linguagem, diversidade essa determinada por um conjunto complexo de fatores. Por isso, consideramos que o trabalho com a língua escrita, visto como um trabalho na e sobre a linguagem pode vir a ser um espaço possível de constituição do sujeito e do sentido. Desse ponto de vista, o que estamos querendo buscar num trabalho com a escrita são modos de produção do discurso que se assentem na interdiscursividade, para que significação e sentido possam ser trabalhados, possam ser produzidos. Isso porque consideramos haver um prejuízo essencial das pessoas surdas no que se refere aos pré-construídos, ao interdiscurso (aos “já-ditos”) em função de desencontros/alterações nos processos de interlocução e participação em situações sociais, fatores esses que as colocam em situação de desvantagem para que possam constituir a memória discursiva.

Nossa preocupação, aqui, em trazer as noções de Discurso da Escrita deve ficar clara, não se refere ao domínio das normas da língua para poder escrever, mas, sim, considera que a escrita vem da própria prática da escrita, mobilizando o efeito-autor. De acordo com Gallo², o objetivo de se inscrever o sujeito surdo em um discurso de Escrita, no qual o fechamento se dá, é ver refletido, para o sujeito, o efeito *autor*, ou seja, o efeito de unidade do dizer e de responsabilidade social sobre o que é dito.

Para melhor embasar o que estamos querendo dizer, traremos um recorte do contexto clínico terapêutico, focalizando o processo de constituição do sujeito e da escrita, em condições socialmente legitimadas, para a produção do discurso da escrita, no caso, a produção de um livro para publicar.³

Alguns conceitos teóricos serão ainda mobilizados, na medida em que a experiência de textualização, na clínica fonoaudiológica, for sendo discutida.

Sobre o sujeito

Trata-se de um rapaz com deficiência auditiva, neuro-sensorial, bilateral, de grau profundo. Em situações de conversação, faz uso do resíduo auditivo associado à leitura orofacial; mantém conversação sobre assuntos de seu interesse e de seu conhecimento com uma gama variada de interlocutores. Seu discurso oral é inteligível para pessoas que não estão acostumadas com a fala de pessoas surdas, desde que essas despendam maior atenção e solicitem repetição quando necessário. Alfabetizou-se de forma mais lenta do que as crianças que ouvem, e, contrariamente ao observado no processo de alfabetização de muitas crianças deficientes auditivas, quanto ao privilégio dado às pistas visuais, esse não pareceu ser o seu processo. Sua escrita permaneceu, por muito tempo, apoiada em seu padrão de emissão oral, comprometendo a interpretabilidade de suas produções. Quando seus textos foram se tornando interpretáveis, apesar do prejuízo

2. Balieiro e Gallo, "Escrita e surdez – uma abordagem discursiva", in *Temas atuais em fonoaudiologia: linguagem escrita* (São Paulo, Summus, no prelo).

3. *Minha Surdez* foi o livro escrito por esse sujeito no contexto clínico fonoaudiológico, e a discussão que segue refere-se ao processo de produção da escrita e à constituição do sujeito nesse movimento discursivo.

significativo na grafia/ortografia, produziam sentido. Gosta de ler gibis, contos de terror, de suspense, humor ou livros que trazem aventuras de adolescentes, mas, apesar disso, suas leituras restringem-se aos livros indicados pela escola e ao material utilizado no contexto clínico. O conteúdo explícito e mesmo alguns não tão explícitos no texto são captados, embora perca detalhes e, às vezes, não consiga interpretar algumas passagens de um mesmo livro. Encontra bastante dificuldade na leitura de textos didáticos; seu desempenho é pouco satisfatório nas provas escolares e sua dificuldade se evidencia na leitura dos enunciados das questões. Quanto menor o texto, maior parece sua dificuldade. Responde às questões das provas escolares a partir do que apreendeu da matéria e não a partir daquilo que está sendo solicitado no enunciado.

Sobre a escrita no processo terapêutico

A escrita vinha sendo um dos focos de atenção no processo terapêutico desse sujeito, não em função das dificuldades específicas já apontadas, mas porque a escrita pode trazer o mundo para o contexto clínico e aí se trabalhar na/a linguagem. A leitura de um livro, em sessão fonoaudiológica, cuja história girava em torno de um menino que, na pré-adolescência, descobre ser filho adotivo, provocou grande envolvimento de nosso sujeito, o que abriu espaço para a proposta de escrever um livro para publicar.⁴ Diante da discussão sobre o tema a ser abordado diz *“gostaria de escrever alguma coisa que ajudasse as pessoas”*, mostrando identificação com o narrador/personagem do livro lido, já que sua história também é *“especial”*. Isso nos levou a explicitar seu desejo, perguntando se gostaria de escrever a história de um menino surdo, *“sugestão”* com a qual concordou imediatamente.

Sua escrita fluiu durante as sessões em que esteve envolvido com a produção do livro. Poucas vezes se interrompeu para perguntar algo, quer sobre a ortografia de uma palavra, quer sobre o modo de dizer. Quando dava um capítulo

4. A proposta de escrever um livro para publicar inscreve-se em condições de produção institucionalmente legitimadas para a produção do discurso da escrita.

por encerrado, oferecia-o à nossa leitura. Em algumas sessões, dava continuidade à produção da escrita, em outras, analisávamos o material produzido, trabalhando sobre ele, interpretando, fazendo ajustes.

Evidentemente, o processo terapêutico desse paciente, sua história de leitura ou suas produções escritas não iniciam aí. A proposta de escrever um livro para publicar não deve ser aqui entendida simplesmente como uma técnica para trabalhar a escrita, a partir de um convite para fazê-lo. Nesse caso, há uma história circunscrita no processo terapêutico – uma história de trabalho com e sobre a linguagem oral e escrita. Ao ser mobilizada a escrita do livro, esse paciente tornou-se sujeito deste estudo, sujeito-autor.

Sobre a produção do livro

Definiu rapidamente seu personagem, um menino surdo. Determinou que o narrador seria o próprio personagem, à semelhança do livro que acabara de ler. Conforme seu trabalho foi sendo produzido, pudemos observar que recorreu à mesma organização do livro anteriormente lido, capítulos numerados e sem título, além de também explicitar (ao final de seu trabalho) a quem o livro se destinava e informações sobre o autor, à semelhança do que encontra no material lido. A estória/história⁵ foi narrada em dez capítulos. No primeiro, articulou a apresentação do personagem. Os capítulos subsequentes foram sendo estruturados em torno de aventuras vividas pelo personagem, entremeadas por questões relacionadas à surdez, às quais foi propondo soluções condizentes com a idade do personagem, no momento da narrativa.

Cada capítulo abrangeu, quase sempre, um episódio que se articulou ao enredo – conflitos relacionados à surdez e, com o passar do tempo, a superação das dificuldades. O que pudemos depreender disso foi que o processo de identificação com a trama do livro lido, mais particularmente com o personagem, que

5. Neste artigo, grafamos o substantivo história de duas formas diferentes, história e estória. Embora esta última grafia não seja mais utilizada no português brasileiro, optamos por esse recurso para enfatizar as marcas pessoais do autor (sua história) presentes no texto que produz, texto ao qual nos referimos como sua estória.

apresentava uma marca de diferença – ser filho adotivo num contexto em que os demais não o são –, desencadeou a criação de sua estória/história, na medida em que também apresentava uma marca de diferença.

A posição ocupada pelo personagem do livro lido, a condição socioeconômica, os lugares frequentados, a faixa etária, o apoio da família, as manifestações de rebeldia parecem ter remetido nosso sujeito, como leitor, a determinadas formações discursivas.⁶ Nesse sentido, pôde-se identificar os pré-construídos que ancoraram sua leitura e que esses, por sua vez, possibilitaram que a estória ganhasse um novo sentido, um sentido particular. O personagem da estória funcionou para ele como um espelho e a partir desse “já-dito”, pôde dizer o novo. A estória/história que escreveu é uma reescritura, em que falam outros textos, dando-se a ver que a autoria ao mesmo tempo constrói e é construída pela interpretação (conforme Gallo, 1995).

A estrutura do seu texto traz as marcas do texto lido: os acontecimentos se sucedem em termos de faixa etária, a narrativa começa quando o personagem de sua estória/história se encontra com 12 anos e termina aos 22 anos. Porém, a trajetória mostrada não é a faixa etária, mas sim o enfrentamento das situações provocadas pela surdez. Os sentimentos mais intensos de tristeza vão sendo elaborados com o passar do tempo e um final feliz, à semelhança da estória lida, revela um jovem que vai se ajustando às suas características especiais.

A análise do seu texto indica uma fusão do narrador/autor/personagem, o que pode ser apreendido por marcas na enunciação, de marcas no discurso, das falhas do seu dizer.

Há marcas na enunciação – que podem ser observadas. Nos três primeiros capítulos que produz, a narrativa é realizada com o tempo verbal no passado e na primeira pessoa do singular “eu”:

6. “Formação discursiva: manifestação, no discurso, de uma determinada formação ideológica em uma situação de enunciação específica. A FD é a matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer e, também, o que não pode e não deve ser dito (Courtine, 1994), funcionando como lugar de articulação entre língua e discurso” (Ferreira, 2001, p. 15).

Como eu já estava cansado de andar pelo condomínio onde eu morava (...)
(...)
Eu preparei tudo numa ruazinha mais escura (...) (...)
No sábado foi o meu aniversário e fiz 15 anos
(...)
... e tava chateado comigo porque eu sou surdo e não podia ouvir direito as conversas
...

Nesse ponto, é interessante observar que, ao discutirmos a questão do tempo verbal, replica: “*Não, mas eu sou surdo!*”, aspecto que retomaremos mais adiante.

Até o final do terceiro capítulo, é a posição “eu” personagem/narrador que está presente no seu texto. O nome do personagem só emerge no texto a partir de uma intervenção da terapeuta. Ao indagarmos se havia mudado de idéia quanto ao personagem, resolve a questão nomeando-o no início do capítulo que iniciava. Antes, porém, anunciou não lembrar o nome que havia escolhido para o personagem e, após algum esforço, acaba achando ser “André”. Entretanto, o nome inicialmente escolhido foi “Nando”. “Numa sexta-feira de noite, Eu estava vendo TV e ouvi alguém me chamar: André... André ...”. De acordo com os fragmentos acima destacados, pode-se observar em algumas enunciações, no discurso produzido, a “fusão” autor/personagem: a primeira evidenciada pelo uso da primeira pessoa em todo o desenrolar da narrativa, a segunda que pode ser identificada com o contra-argumento “*não, mas eu sou surdo*”. Aquilo que apontamos como uma questão de emprego inadequado de tempo verbal, nessa análise pode ser lido como falha nossa, uma vez que, no conjunto da narrativa, cabe o uso da forma presente. Isso apontou para outra possibilidade de interpretação: quem ali enunciava, autor ou narrador? Outro ponto que também aponta para tal identificação refere-se ao “esquecimento” do nome do personagem. Ao introduzir o nome do personagem, vem a falha, uma vez que é da posição sujeito surdo que enuncia e, nessa posição, funde-se e confunde-se com o personagem.

Pensamos que nosso sujeito é o narrador de sua própria “história”, na qual realidade e fantasia se interpenetram, em que o seu discurso está atravessado, não só por outros discursos, mas pelo discurso de seu “outro”. Pode-se mesmo considerar seu texto como “autobiográfico”.

A terapeuta

Assumimos a posição de leitora-diferenciada/terapeuta-leitora. Essa posição, presumimos, advém de aceitarmos nosso sujeito como autor – surpreendemos o rumo que o trabalho vai tomando; esse paciente *escreve um livro*, está submetido ao efeito-autor, representa-se na posição autor, a partir da escrita que produz. Porém, também nós, como terapeuta, representamo-lo, como autor. Isso possibilitou imprimir à leitura um tom, uma apreciação que superou a estranheza que a “não gramaticalidade” (que pode ser observada nos recortes abaixo) do texto poderia provocar:

Minha mãe entrou no quarto com cara de sonolenta (...)

As garotas eram vizinha da minha tia e veio pra casa da tia porque minha tia chamou-as. E passei a gostar deles, e iamos para varias badaladas, que sorte que tinha 15 anos e podia entrar qualquer uma.

Os fragmentos acima apenas ilustram alguns dos pontos que estamos procurando discutir, embora somente o conjunto possa oferecer uma idéia de como o texto foi articulado. Nessa prática de produção da escrita, na qual estamos submetidos, terapeuta e paciente, os conceitos de autoria, efeito autor/leitor, discurso da escrita e da oralidade ganham sentido (para nós), à medida que o discurso vai sendo produzido. E, por isso mesmo, vamos interpretando tal produção para além do “submetimento” desse paciente à língua, ou melhor, à norma da língua. O efeito disso é a aceitação de sua escrita – do seu dizer – no seu modo de dizer. Com isso, queremos dizer que, embora seu discurso escrito esteja marcado por uma forte presença da oralidade e no seu caso, particularmente, de uma “oralidade que foge à norma”, a estória que produz mostra um sujeito submetido à língua, capturado por ela.

As circunstâncias singulares desse sujeito implicam um processo diferente e com certeza mais prolongado, e na prática de produção da escrita proposta, aspectos específicos da língua e da linguagem encontraram espaço para serem trabalhados. E assim pudemos sugerir:

a introdução de marcas de tempo:

(...)

Um dia meu pai me chamou para ir num campo de golfe (...)

Nesta época entrei numa escola muito grande e popular (...)

Comecei a nadar, *depois de alguns minutos*, o pessoal começou a fazer agitação

realizar ajuste de expressões:

em vez quando (...)

em vezes quando (...)

de vez em quando

introduzir elementos novos:

Eu tinha conseguido passar fazendo muito vestibular e fiquei aprovado

Eu tinha conseguido passar fazendo *cursinho* e *prestando exame vestibular* e fui aprovado.

(...) deu certo para pagar tudo as coisas da festa

(...) deu para pagar todas as *despesas* da festa

(...) tinha dinheiro dobrado

(...) tinha *sobrado* dinheiro

adequar tempo verbal:

Agora, com os meus 22 anos, (Eu) *eu já estou* (ava) acostumado (pela) *com a* minha surdez, mas ainda tenho dificuldade de falar pelo telefone. E não ligo mais, porque eu estou usando muito (na) a internet e foi muito fácil para (a) mim. *Já* (tinha) *tenho* namorada desde (da) a festa (...)

dentre outras intervenções.

Em relação à gramaticalidade do texto, procuramos interferir o menos possível em sua produção. Há questões de ordem textual que talvez tivessem ali o seu momento propício para serem discutidas e que, por vezes, acabamos deixan-

do de lado, porque, além de sua produção ser interpretável, essa outra discussão não teria o envolvimento do nosso sujeito, que ansiava em produzir a estória/história.

Na verdade, esses foram aspectos difíceis durante o trabalho, percebíamos que muito nos escapava. Alguns aspectos apreendemos somente depois de nos distanciarmos e lermos várias vezes o seu material, outros continuam escapando.

As alterações realizadas no texto são pequenas, apontamos para algumas inadequações, damos sugestões, checamos a interpretação dada ao que estava dito. Quando retornamos ao texto, nosso sujeito geralmente não percebe aspectos da ordem da estrutura da língua. Mesmo que sua escrita lhe provoque algum estranhamento, motivando-o a realizar ajustes, esses ainda permanecem numa estrutura agramatical.⁷ Nosso sujeito aceita algumas sugestões, outras não, dizendo não ser aquilo o que quer dizer, defende seu ponto de vista, defende sua interpretação. E essa é justamente a razão do compromisso tão forte com seu trabalho. Ele não está inscrito em um discurso circular, como o pedagógico (e, muitas vezes, o terapêutico), em que o professor é o que sabe. Nesse caso, ele sabe e o terapeuta apreende. Ele inscreve-se, aqui, em um discurso da escrita, legitimado.

A escrita – espaço de constituição: constituindo-se surdo pela/na escrita

Consideramos que a escrita funcionou como um lugar de constituição do nosso sujeito, como sujeito/surdo. Não lembramos de ter se denominado oralmente como surdo. Não estamos querendo dizer com isso que houvesse uma negação de sua condição, porém, *eu sou surdo e por isso estou triste* pôde ser dito pela escrita.

(...) um dia eu fui pegar onda para surfar, na água um surfista me cumprimentou e ficou falando umas coisa e eu não entendia nada e surfista zangado pegou e mostrou um dedo de palavrão e foi embora.

7. A esse respeito Calil (1995) e Góes (1996) apresentam valiosa contribuição, embora sob diferentes perspectivas.

(...) na conversa o delegado falava com o charuto na boca e soltava muita fumaça e eu não entendia nada e ele achava que eu disfarçava que não ia responder nada e foi muito difícil pra mim (...)

(...) Mas como eu sou surdo eu posso ser uma pessoa muito divertida com os novos amigos da faculdade (...)

Finalizando sua história – o fecho

A estrutura do texto vai encaminhando-o para um final feliz, conforme narra as conquistas da vida.

(...)

Minha mãe e meu pai já estão meio velho mais de 50 anos. E sempre vou visitar eles porque eu já tinha um apartamento perto da faculdade porque a faculdade era meio longe de minha casa.

Minha mãe foi muito boa comigo e me cuidou e ajudou muito pela minha dificuldade sobre a minha surdez e agora ela está muito feliz porque ela já estava melhor. E meu pai também foi bom comigo. Me cuidou muito e conversava muito comigo. E me fazia companhia em vez quando quando eu ficava sozinho, mas era difícil para ele porque ele não tinha muito tempo de ficar comigo e por isso ele ficava em vezes quando, não tinha tempo porque trabalhava muito em negócios importantes.

Ao dar o livro por encerrado, nosso sujeito diz: “*Eu queria falar que uma pessoa surda não precisa ficar tão triste na vida*”. Parece que, ao “ver” sua história encerrada, é tomado pela sensação de incompletude, de falta, o que aparece em suas palavras e elabora, então, a apresentação do livro:

Este livro foi feito para as pessoas normais saberem como é que os surdos sentem e tem dificuldade. É um aviso de que os surdos estão precisando de amigos normais também.

Também foi feito para os surdos para aprender com o rapaz da história.

O contexto clínico e o evento discursivo foram extremamente favoráveis à prática de textualização. O resultado foi uma história, não de quem se isola e se fecha sobre si mesmo, mas de quem espera e busca no outro o prazer do convívio e a cooperação. Nosso sujeito já está trabalhando no próximo livro e, ao que

parece, seu novo personagem já não está tão colado nele próprio. Estamos conseguindo abordar alguns aspectos de outra perspectiva, tais como época, lugar, costumes, etc. Talvez possamos avançar um pouco mais, conforme ele próprio apontou em sua apresentação (a apresentação do autor na contracapa do livro), que, entre suas palavras e as minhas, assim ficou: (...) Esta é sua primeira experiência como autor de um livro. Ele espera que daqui para frente possa escrever outros livros, embora ache não estar o suficientemente preparado para isso.

Conclusão

Apresentamos, neste artigo, um recorte do contexto clínico fonoaudiológico, a partir da produção da escrita. A posição da terapeuta foi a de criar condições para emergir o interdiscurso e de mediar os processos discursivos que foram sendo construídos. O sujeito-paciente, neste caso, apresentou certa autonomia para produzir seu livro, a despeito de suas questões com a língua. A noção de autoria e de condições de produção foi um dos aspectos de sustentação do trabalho desenvolvido. A escrita foi mobilizando nosso sujeito: na medida em que produzia sua escrita ia sendo enredado por ela, emergindo o efeito autor, como efeito da própria escrita. O discurso-ficção produzido foi lugar de constituição da linguagem e de si próprio, como sujeito representado na escrita, conforme revela sua história na sua estória.

Resumo

A escrita de pessoas deficientes auditivas tem sido objeto de estudo segundo diferentes perspectivas. O presente trabalho traz um recorte do processo clínico terapêutico de um jovem surdo, a partir da produção do discurso da escrita em condições socialmente legitimadas, isto é, a produção de um livro para publicar. Para dar sustentação à discussão, foram mobilizados alguns conceitos da Análise do Discurso, de linha francesa. A escrita, nesse contexto, ocupou o lugar de constituição da linguagem e da subjetividade.

Palavras-chave: escrita; deficiência auditiva; processo terapêutico.

Abstract

The writing of hearing impaired people has been studied according to different points of view. The present study describes and discusses fragments of the therapeutic process of a hearing impaired youngster focusing the writing discourse, that is, the writing of a book to be published. In order to analyze and discuss the writing process, some concepts of the French approach of Discourse Analysis were mobilized. In this context, writing took the place of language and subjectivity constitution.

Key-words: writing; hearing impairment; therapeutic process.

Resumen

La escrita de personas deficientes auditivas ha sido objeto de estudio desde diferentes perspectivas. El presente trabajo muestra un recorte del proceso clínico terapéutico con un joven sordo, a partir de la producción de discurso escrito en condiciones socialmente legitimadas, o sea, la producción de un libro para publicación. Para dar soporte a la discusión se utilizaron algunos conceptos del Análisis de Discurso de Línea Francesa. La escrita, en ese contexto, fue entendida como constitutiva del lenguaje y de la subjetividad.

Palabras clave: escrita; deficiencia auditiva; proceso terapéutico.

Referências

- ALMEIDA, E. O. C. (1998). *Quem vê cara não vê coração: leitura e surdez: um estudo com alunos não oralizados*. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp.
- BALIEIRO, C. R. B. (2000). *Vamos publicar um livro? A pessoa deficiente auditiva e a escrita na clínica fonoaudiológica*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade Federal de São Paulo.
- BALIEIRO, C. R. B e GALLO, S. L. (no prelo). *Escrita e Surdez – Uma Abordagem Discursiva*.

- BRANDÃO, H. H. N. (1996). *Introdução à análise do discurso*. 5 ed. Campinas, Editora da Unicamp.
- CALIL, E. (1995). *Autoria: (e) feitos de relações inconclusas*. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp.
- CARNIO, M. S (1986). *Leitura e desenvolvimento da estrutura frasal ao nível da escrita, em deficientes auditivos: estudos com a técnica de Cloze*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- _____. (1995). *Conceitos e compreensão de leitura do surdo no contexto da educação especial*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- CRUZ, M. C. (1992). *Alfabetização de crianças surdas: análise da proposta de uma escola especial*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FERREIRA, M. C. L. (2000). *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre, Ed. Universidade/Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- _____. (2001). *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre, Instituto de Letras/Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FRAGOSO, A. C. P. F. (2000). *Relações de surdos com a leitura e estratégias utilizadas*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FRIÃES, H. M. S. (1999). *Compreensão de textos por adolescentes surdos*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- GALLO, S. L. (1994). *Como apre(e)nder essa matéria: análise discursiva do texto na escola*. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp.
- _____. (1995). *Discurso da escrita e ensino*. 2 ed. Campinas, Unicamp.
- GERALDI, J. W. (1996). Convívio paradoxal com o ensino da leitura e escrita. *Cad. Est. Ling.*, v. 31, pp. 127-44
- GÓES, M. C. R. (1996). *Linguagem, surdez e educação*. Campinas, Autores Associados.
- LEMONS, C. T. G. (1986). Retrospectiva: interacionismo e aquisição de linguagem. *Delta*, v. 2, n. 2, pp. 231-48.

- LODI, A. C. B. (1996). *Leitura e escrita em crianças surdas: um estudo das estratégias utilizadas durante o período de aprendizagem*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ORLANDI, E. P. (2001). *Análise do Discurso – princípio e procedimento*. 3 ed. Campinas, Pontes.
- RABELO, A. S. (1996). *O processo de construção do discurso escrito em surdos*. Tese de doutorado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- TRENCHÉ, M. C. B. (1995). *A criança surda e a linguagem no contexto escolar*. Tese de doutorado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ____ (1998). A inclusão da criança surda no ensino comum. *Distúrbios da Comunicação*, v. 10, n. 1, pp. 9-19.

Recebido em abril/02; aprovado em jun/02.